

LEI Nº 1.638/2020 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2.020

“Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial ao orçamento do presente exercício e respectiva inclusão na Lei das Diretrizes Orçamentárias para 2020 (Lei nº 1616 de 02/09/2019) e no PPA Plano Plurianual de Investimentos) para o quadriênio de 2018 a 2021 (Lei nº 1.562 de 12/09/2017) ”.

RUTE ALMEIDA DOS SANTOS LIMA, Prefeita Municipal de Caiuá, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - Fica a Chefe do Executivo Municipal autorizada a abrir Crédito Adicional Especial no montante de **R\$ 245.850,00 (DUZENTOS E QUARENTA E CINCO MIL, OITOCENTOS E CINQUENTA REAIS)**, destinado a atender despesa com o recapeamento asfáltico de vias urbanas, cujos recursos serão repassados por Emenda Parlamentar pelo Ministério das Cidades, de acordo com a seguinte classificação orçamentária:

02.04 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

15.451.0051-2.044 - MINISTÉRIO DAS CIDADES-Recapeamento de vias urbanas

05 – 100.0105 - MINISTÉRIO DAS CIDADES-Recapeamento de vias urbanas

(0260) 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações.....R\$ 245.850,00

TOTAL DO CRÉDITO ESPECIAL.....R\$ 245.850,00

ARTIGO 2º - O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com os recursos oriundos de repasses a serem efetuados ao Município por Emenda Parlamentar pelo Ministério das Cidades.

ARTIGO 3º - Fica também autorizado a Chefe do Executivo Municipal efetuar a abertura de créditos adicionais aos valores autorizados nesta lei, lastreados em valores decorrentes de atualizações e/ou reajustes do convenio, bem como, de rendimentos de aplicações financeiras dos recursos repassados por Emenda Parlamentar pelo Ministério das Cidades.

ARTIGO 4º - Em função da duração do contrato e da execução do mesmo, os créditos autorizados nesta lei terão vigência plurianual.

ARTIGO 5º - O demonstrativo de impacto orçamentário e financeiro de que trata o inciso I do artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF), fica dispensado, tendo em vista tratar-se de crédito especial coberto com recursos oriundos de repasses serem efetuados por Emenda Parlamentar pelo Ministério das Cidades.

ARTIGO 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caiuá, 21 de fevereiro de 2.020.

**RUTE ALMEIDA DOS SANTOS LIMA
PREFEITA MUNICIPAL**

PUBLICADO E REGISTRADO NA DATA SUPRA.

**MAGNI NELSON DE OLIVEIRA PATO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**